



LENDO EM SALA DE AULA E FORA DELA: HUMANIZAÇÃO, LEITURA E ENSINO DE LITERATURA NO SÉCULO XXI

READING IN AND OUTSIDE THE CLASSROOM: HUMANIZATION, READING AND LITERATURE TEACHING IN THE 21ST CENTURY

ARTIGO

Raphaella Liraⁱ

Universidade Estadual do Rio de Janeiro

E-mail: lira.raphaella@gmail.com

RESUMO

O presente artigo se propõe a investigar a relação que existe entre o declínio da importância concedida à leitura enquanto ferramenta indispensável na formação de cidadãos e a crise do regime democrático brasileiro. Se, por um lado, a leitura enquanto atividade acaba tendo que disputar espaço com um mundo que se mostra cada vez mais visual e tecnológico, como conciliar a atenção dos educandos em sala de aula com as telas que se oferecem como uma sedução cada vez mais intensa? Em meio a uma série de questionamentos sobre como as metodologias de ensino de leitura e literatura podem – ou não – vir a ganhar com o auxílio da tecnologia, o que se vê, no entanto, é um campo de estudo convertido em campo de batalha. É indiscutível o papel da leitura e do letramento literário para a formação dos indivíduos, mas como colocar em prática metodologias que de fato renderão frutos para a sociedade no futuro?

Descritores: leitura; literatura; metodologia; humanização; formação.

ABSTRACT

The paper investigates the apparently causal relationship between the crisis of Brazilian democracy and the decline in importance afforded to reading as an indispensable asset of citizenship. If reading must fight for space in an increasingly visual-oriented and technological world, how is it going to win over the student's attention in a struggle against ever more seductive screens? Amidst a series of question regarding the benefits technology may bring to reading and literature, what we see is a field of study turned into a battlefield. The terrain in which these elements will fight out is made out of an increasingly demonised teacher, a population that reads much more nowadays than in the recent past, and the classroom itself. Literature and reading are indispensable for the formation of the citizen, but how to implement methodologies that will effectively benefit future society?.

Descriptors: reading; literature; methodology; humanization; formation.

Editor deste número da RECS:

Dr. Lucio Jose Dutra Lord

Universidade do Estado de Mato Grosso

1 INTRODUÇÃO

BREVE HISTÓRIA DE QUEM LÊ

Criança, tenho uma tesoura, pequena tesoura de pontas arredondadas, para evitar que me machuque; as crianças são muito desastradas até que atinjam a idade da razão, quando aprendem o alfabeto. Com minha tesoura nas mãos, recorto papel, tecido não importa o que, talvez minhas roupas. Às vezes, sou bem comportado, oferecem-me um jogo de imagens para recortar. (...) Tudo o que é necessário para reproduzir o mundo.

(Compagnon, Antoine. O trabalho da citação. Trad. Cleonice P.B. Mourão. Belo Horizonte: UFMG, 2007)

De um livro, para aquele que o leu, sobra pouco. Como uma criança que brinca de recortar, recortamos, sublinhamos, anotamos e fica apenas o que julgamos ser o mais relevante, o que nos marcou ou mudou. Pequena anedota sobre o que significa ler um livro, para os que já estão devidamente habituados à atividade, as palavras de Antoine Compagnon também servem como norte para que adentremos a complicada nódoa que é a leitura literária na escola, ou melhor dizendo, o letramento literário e sua importância na vida do cidadão.

Não se pretende aqui, no entanto, tecer comentários ou fazer qualquer tipo de retorno à uma discussão que consideramos que, no escopo que se delineia para o presente artigo é vista como lateral, e é constituída em sua essência pela definição quase obsessiva do objeto literário. Por mais que o mesmo seja o centro de nossas considerações, ele aqui integra uma reflexão sobre a metodologia do ensino de leitura e literatura e sua relação com a sociedade e não um questionamento sobre a natureza do objeto. O que interessa aqui é muito mais começar a reflexão sobre a leitura em si, por causa da sua inegável importância na formação do indivíduo e no reflexo que essa formação tem na sociedade como um todo.

Desde que o homem se tornou consciente de sua própria natureza, a atividade de ler o mundo que o cerca começou paulatinamente a se infiltrar no cotidiano da humanidade. Desejoso de apreender em imagens o mundo que o cercava, conforme o cineasta Werner Herzog explora em seu documentário *A caverna dos sonhos*, a relação do homem com a representação e a leitura do mundo vai se adensando a cada momento da História. Junto com ela, o que também vai se complexificar é o modo como vemos aquilo que é apreendido e, por extensão, de que maneira lidar com essa bagagem é essencial para que nos convertamos em cidadãos plenamente conscientes de nossas atribuições, direitos e deveres. Por mais que a retomada histórica feita às pinturas rupestres possa parecer exagerada, é talvez ali que começa nossa história íntima com a leitura do mundo.

Em *Uma história da leitura*, Alberto Manguel, a partir da iconografia da leitura e de suas experiências pessoais como jovem leitor, definir o que significa ler, para nós, como seres humanos:

Os leitores de livros, uma família em que eu estava entrando sem saber (sempre achamos que estamos sozinhos em cada descoberta, em cada experiência, da morte ao nascimento, é aterrorizantemente única), ampliam ou concentram uma função comum a todos nós. Ler as letras de uma página é apenas um de seus muitos disfarces. O astrônomo lendo um mapa de estrelas que não existe mais; o arquiteto japonês lendo a terra sobre a qual será erguida uma casa, de modo a protegê-la das forças malignas; o zoólogo lendo os gestos do parceiro antes de jogar a carta vencedora; a dançarina lendo as notações do coreógrafo e o público lendo os movimentos da dançarina; o tecelão lendo o desenho intrincado de um tapete sendo tecido (...) todos eles compartilham com os leitores de livros a arte de traduzir e decifrar signos. Algumas dessas leituras são coloridas pelo conhecimento que a coisa lida cria para aquele propósito específico – a notação musical ou os sinais de trânsito, por exemplo – ou pelos deuses – o casco da tartaruga, o céu à noite. Outras pertencem ao acaso. (MANGUEL, 1997, p.19)

Lemos a realidade, lemos o mundo à nossa volta, mas também lemos os símbolos e decodificamos a mensagem por eles organizada. A leitura enquanto uma experiência de decodificação, compreensão e identificação por parte do leitor continua sendo considerada um dos pontos centrais da discussão. Vincent Jouve, em *A leitura*, afirma que, por mais que a figura do leitor sempre tenha sido uma fonte de impasses no que tange os estudos da leitura literária, um dos pontos necessários de articulação para a questão é maneira como essa mesma leitura suscita emoções e mobiliza aquele que dela desfruta. Não se trata apenas de uma atividade mecânica, e sim de uma interação real com um texto, conforme já adiantava Roland Barthes em *O prazer do texto*:

A outra leitura não deixa passar nada; ela pesa, gruda ao texto, lê, se assim se pode dizer, com aplicação e ânimo, enxerga em cada assíndeto que corta as linguagens – e não a história: não é a extensão (lógica) que a cativa, é o desfolhamento das verdades, mas o folhear o sentido.

Essa segunda leitura a que Barthes faz referência é aquela que se quer abordar aqui, a leitura que de algum modo produz um impacto no leitor, aquela que largamente é vista como responsável pela humanização e que fica a cargo das disciplinas de Literatura e Língua Portuguesa.

Um outro ponto que Jouve também aborda, e que é relevante para a discussão que se quer construir no presente texto é sobre uma particularidades da leitura em comparação com a comunicação oral. Autor e leitor estão, na grande maioria das vezes, separados por tempo e espaço e sua relação é completamente assimétrica. Ambos não possuem nenhuma espécie de ponto de contato ou remissões possíveis, como no caso da fala, o que faz com que a leitura seja uma atividade construída inteiramente pelo receptor, que se torna o responsável pela interpretação das relações internas do texto. O texto pertence, talvez, muito mais àquele que o lê do que àquele que o escreveu, a história de uma obra acaba sendo também a história de todos que a leram.

2 POR QUE LER NO SÉCULO XXI

Na edição brasileira do livro de Martha Nussbaum, *Sem fins lucrativos por que a democracia precisa das humanidades*, há dois textos que antecedem a leitura da obra em si, um de autoria do professor e pesquisador brasileiro Alcir Pécora e um que é uma tradução do prefácio de Ruth O'Brien, texto esse que acompanha a edição americana do texto de Nussbaum também. Em ambos, tanto Pécora quanto O'Brien chamam a atenção de maneira direta e objetiva para a crise mundial do ensino de humanidades - e aqui entendemos humanidades como os estudos compreendidos pelas ciências sociais, literatura, estudos de língua e linguística, artes de maneira geral e assim sucessivamente. Ruth O'Brien é direta em suas colocações e afirma que, por maior que tenha sido a importância que essas mesmas humanidades tenham tido na consolidação de inúmeros regimes democráticos ao redor do mundo, hoje nenhuma delas desfruta de tanto prestígio. Alcir Pécora recupera uma passagem da própria obra que prefacia em que a autora vai criticar a postura do então presidente americano Barack Obama, que considerava Singapura um exemplo a ser seguido pelos regimes educacionais do mundo inteiro. O presidente considerava que o modelo educacional de Singapura, que era focado em um ensino tecnicista e voltado para a profissionalização era o modelo a ser seguido, por mais que esse não incentivasse nenhum tipo de construção de práticas críticas e reflexões que sempre foram salientadas por diversos especialistas como sendo fundamentais para um ensino eficaz que de fato se preocupasse com a formação de cidadão integrados com o coletivo democrático.

A própria Martha Nussbaum, nas palavras que abrem o primeiro capítulo do livro em questão, já chama a atenção para uma crise educacional que vem se alastrando de forma silenciosa, em oposição à crise econômica que assombra as principais democracias do mundo desde 2008:

Estão ocorrendo mudanças radicais no que as sociedades democráticas

ensinam a seus jovens, e essas mudanças não têm sido bem pensadas. Obcecados pelo PNB, os países – e seus sistemas de educação – estão descartando, de forma imprudente, competências indispensáveis para manter viva a democracia. Se essa tendência prosseguir, todos os países logo estarão produzindo gerações de máquinas lucrativas, em vez de produzirem cidadãos íntegros que possam pensar por si próprios, criticar a tradição e entender o significado dos sofrimentos e realizações dos outros. É disso que depende o futuro da democracia. (NUSSBAUM, 2015, pp. 3-4)

As mudanças a que a autora faz referência vem sendo empreendidas tanto no ensino fundamental quanto no médio, e estão deixando de lado as disciplinas de humanidades. Vistas como conhecimentos inúteis ou meramente decorativos, muitos países têm optado por limitar e alterar a carga horária dessas matérias, isso quando não as descartam de uma vez: “Consideradas pelos administradores públicos como enfeites inúteis, num momento em que as nações precisam eliminar todos os elementos inúteis para se manterem competitivas no mercado global, elas estão perdendo seu lugar (...)” (NUSSBAUM, 2015, p. 4).

É muito mais importante lucrar, ganhar uma posição de destaque em um regime que claramente vem agonizando há décadas do que formar cidadãos preocupados com os rumos das principais economias do planeta. O que se coloca em evidência com as considerações de Martha Nussbaum é que não importa de maneira real o tipo de formação individual que o processo educacional vem passando para os alunos, contanto que eles sejam capazes de crescer e ocupar sem queixas seus lugares nas engrenagens que movem o sistema.

Assim, a crise silenciosa que corrói as bases da educação mundial é a mesma que acaba por colocar em xeque o ensino de leitura e literatura em sala de aula. Vista ainda como algo que foi herdado de um certo elitismo burguês, a literatura enquanto disciplina na educação básica se encontra acuada e limitada. Restrita, na maior parte das escolas, a tempos semanais divididos com o ensino de língua portuguesa, muito do que acaba sendo passado nas aulas se resume ao ensino acrítico de características dos principais movimentos, linhas do tempo e, ocasionalmente, à leitura de uma obra – com alguma frequência um clássico da literatura brasileira – com o qual os alunos tem pouca ou nenhuma identificação.

Os números não mentem. Se hoje o Brasil já, ao menos, passa ao largo do estereótipo repetido à exaustão de “um povo que não lê”, pode-se observar, em contrapartida que ainda é expressiva a parcela da população que encara a leitura como uma atividade para a qual não há tempo disponível. Na última pesquisa “Retratos da leitura”, os resultados foram os seguintes:

Conforme a pesquisa, entre as principais motivações que impulsionam os leitores brasileiros estão: o gosto pela leitura (25%), atualização cultural (19%), distração (15%), motivos religiosos (11%), crescimento pessoal (10%), exigência escolar (7%) e atualização profissional ou exigência do trabalho (7%). Todas essas motivações integram o papel civilizador da leitura. Já a primeira razão apresentada pelos leitores como obstáculo para o aumento da leitura é a falta de tempo (43%).ⁱⁱ

É importante observar a quantidade pouco expressiva de indivíduos que vê na leitura uma fonte de distração e divertimento. Uma das tarefas da escolarização deveria ser formar leitores, não apenas capacitados para lidar com as exigências eventuais de suas ocupações, mas preparados para ler o mundo ao seu redor e com alguma predileção mínima pela atividade. Os números parece salientar que ainda estamos longe de atingir esse tipo de patamar. O que significa que aqueles que leem, hoje, no Brasil, não necessariamente foram formados de maneira adequada pela escola ou, por mais que nela tenham tido contato de qualidade com a leitura, foram outros os fatores que acabaram sendo determinantes para despertar-lhes o gosto e a vontade de seguir lendo. Tornar-se um leitor é visto muito mais como um gosto pessoal do que como um mérito da escolarização, eventualmente, atribuído quase que totalmente ao núcleo familiar que, apesar de ter sim uma importância vital, não é o único responsável pelo desenvolvimento do gosto pela leitura.

Em *Direito à literatura*, texto clássico de Antoine Candido que coloca em evidências as bases da mesma discussão que ainda permeia os presentes questionamentos, o autor afirma que o direito à fruição artística faz parte dos direitos humanos. O autor também aponta que os direitos humanos são compreendidos como aquilo que considero indispensável, tanto para mim quanto para o próximo, aquilo cuja existência humana não pode prescindir:

Esta me parece a essência do problema, inclusive no plano estritamente individual, pois é necessário um grande esforço de educação e autoeducação a fim de reconhecermos sinceramente esse postulado. Na verdade, a tendência mais funda é achar que nossos direitos são mais urgentes que os do próximo.

Nesse ponto as pessoas são frequentemente vítimas de uma curiosa obnubilação. Elas afirmam que o próximo tem direito, sem dúvida, a certos bens fundamentais, como casa comida, instrução, saúde, coisas que ninguém bem formado admite hoje em dia que sejam privilégio de minorias, como são no Brasil. Mas será que pensamos que seu semelhante pobre teria direito a ler Dostoiévski ou ouvir os quartetos de Beethoven? (CANDIDO, 1988, p.174)

A educação estética do indivíduo sempre esteve no centro de uma série de debates importantes, mas o que chama a atenção nas considerações de Antonio Candido é o fato de poder – aliás, dever – encarar esse tipo de aquisição, não apenas como um dos direitos humanos e verdadeiro alicerce para a vida em sociedade como também algo que vai acabar se convertendo em um verdadeiro divisor de águas. Se todos temos direito à comida e abrigo, água potável e saúde, por que não também temos todos direito de usufruir – e aqui no caso entra em questão fornecer ao indivíduo uma educação que permita que ele usufrua da arte que melhor lhe aprouver – da arte e da literatura, patrimônios culturais indiscutíveis e indispensáveis de um povo e uma nação? Mais ainda do que isso, Candido chama a atenção para o fato de que é difícil que se veja a necessidade de educar as massas para que também eles possam usufruir das artes plásticas, da cultura e da literatura. Esse tipo de conhecimento, que curiosamente, além de ser de responsabilidade da escola, é visto ainda hoje como um acessório. Não se sabe exatamente, apesar das inúmeras versões dos parâmetros curriculares nacionais e das orientações aos parâmetros, como funciona a leitura de literatura em sala de aula, qual deve ser sua dinâmica e quais são suas atribuições, para além de dar conta de alguns clássicos e leituras que muitos alunos encararão como obrigações. O confinamento da leitura à realidade da sala de aula, muitas vezes, é solapado pelas exigências externas a ele, além de ter que lidar com abordagens que dificilmente buscar aproximar a obra do presente do alunos, fazendo com que a verificações e provas sejam unicamente uma retomada dos acontecimentos do que foi lido.

Refém de sua própria história, a disciplina entrou para o currículo como símbolo da erudição e do que era valorizado pela burguesia e hoje, apesar dos esforços combinados dos pesquisadores mais engajados, ainda persiste, na maioria das escolas do Brasil, como um apanhado tosco de características dos principais movimentos literários, leituras que se colocam para o aluno como distantes ou pouco interessantes e avaliações que nada mais são do que meras verificações de leitura. Ainda em *Direito à Literatura*, Antonio Candido afirma que:

“(...) a literatura é o sonho acordado das civilizações. Portanto, assim como não é possível haver equilíbrio psíquico sem o sonho durante o sono, talvez não haja equilíbrio social sem a literatura. Deste modo, ela é fator indispensável de humanização e, sendo assim, confirma o homem na sua humanidade, inclusive porque atua em grande parte no subconsciente e no inconsciente. (CANDIDO, 1988, p. 177)

Vista pelo crítico como sendo um dos alicerces para a estruturação de uma sociedade saudável e funcional, na qual seus membros possuem a exata medida de suas necessidades e também das necessidades do outro, a literatura é uma das responsáveis direta pela humanização, pela conversão do indivíduo em ser social, consciente de seus direitos e deveres, e pronto para exercê-los de maneira que seja condizente com a realidade e a sociedade.

Somado à crise que testemunhamos praticamente em tempo real, há uma questão que vem sendo considerada como cada vez mais urgente por educadores do mundo inteiro, o espaço disputado pela tecnologia, a sedução oferecida por um mundo mais interativo e transparente, que encontra sua metonímia nas telas de celulares que povoam as ruas e, conseqüentemente, infiltram-se sorratamente nas sala de aula. Se a leitura – e por conseguinte o letramento literário – é de extremamente importância para a formação de cidadãos plenamente conscientes de seus direitos e deveres, qual é o lugar ocupado por ela hoje? Teriam os livros perdido a disputa

por espaço na atualidade e estariam enfim fadados a um lento agonizar? Qual é o desafio hoje de passar adiante a ideia de que a leitura literária é essencial e indispensável, quando o mundo se oferece ao deslizar dos dedos na tela?

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em uma matéria publicada no final do ano de 2018, a BBC Brasil explorou uma pesquisa que aponta estatísticas preocupantes sobre a questão da leitura e do analfabetismo funcional. De acordo com a matéria, 3 em cada 10 brasileiros têm dificuldade para ler e compreender textos, identificar ironias e fazer operações matemáticas simplesⁱⁱⁱ. Para além disso, é importante salientar que, mesmo com as dificuldades apontadas, essas pessoas são usuários de redes sociais e se comunicam usando celulares, muito embora seu repertório de interação nas redes seja mais limitado.

O analfabetismo funcional serve aqui para balizar a importância do ato de ler, não apenas da leitura literária em si, mas pelo papel que lhe cabe na formação das massas. Se, ao final do processo de escolarização, o aluno não consegue ler o mundo de maneira adequada, qual é a extensão do problema gerado por essa incapacidade? Se 35% dos adultos brasileiros são analfabetos funcionais, qual é o efeito prático disso na equação cujos termos são uma democracia em crise e um ensino enfraquecido, voltado muito mais para a individualidade do que para questões sociais coletivas?

Jacques Rancière afirma, em sua obra *Ódio à literatura*, que as democracias contemporâneas se converteram em verdadeiros somatórios, ou melhor, repositórios de tensões porque são todas elas pequenos reinos de desejos ilimitados. No que se converteu hoje a democracia burguesa contemporânea padrão, predominante em uma infinidade de países ao redor do mundo, o problema não são as instituições, e sim os indivíduos e seus costumes:

Nós nos acostumamos a ouvir que a democracia era o pior dos governos, com exceção de todos os outros. Mas o novo sentimento antidemocrático traz uma versão mais perturbada da fórmula. O governo democrático, diz, é mau quando se deixa corromper pela sociedade democrática que quer que todos sejam iguais e que todas as diferenças sejam respeitadas. Em compensação, é bom quando mobiliza os indivíduos apáticos da sociedade democrática para a energia da guerra em defesa dos valores da civilização, aqueles da luta das civilizações. (RANCIÈRE, 2014, p. 10)

Um indivíduo que não sabe operar de maneira devida com o instrumental necessário para o pleno exercício da cidadania se converte em uma massa de manobra, fácil de ser manipulada e à mercê de um monte em que as *fake news* se proliferam a cada segundo. Um analfabeto funcional nesse contexto acaba se convertendo em um advogado da crítica que vem sendo feito ao regime democrático. Despido de capacidade crítica para interagir com as informações que lhe são oferecidas, ele reproduz o discurso que abunda, e que frequentemente é o discurso que despreza as diferenças, repete o conservadorismo arcaico que veio perdendo lugar nos últimos tempos e fixa um lugar utópico em passado não muito distante, quando a democracia ainda não dava sinais de acomodar melhor os direitos e demandas das minorias. Ler, mais do que uma necessidade escolar, é um imperativo para a vida em sociedade. Quando se fala em humanização do sujeito que lê, não quer dizer que necessariamente aquele que lê regularmente é um indivíduo moralmente melhor, mas certamente é um cidadão mais consciente de seu papel na sociedade.

Em Da intransitividade do ensino de literatura, Fábio Durão chama a atenção para o fato de que a tecnologia não funciona como uma boa aliada no ensino de literatura. Apesar das considerações do autor serem elaboradas a partir de sua vivência particular no ensino superior, muito do que é dito no artigo vai ao encontro de uma visão de ensino de leitura e literatura que está sendo erigida aqui. Talvez o primeiro ponto seja o fato de que o magistério não é uma vocação, tampouco uma missão concedida pelas divindades, então, como o professor pode entrar em sala de aula e lidar com a disputa de atenção representada pelos telefones que se esguelham nas mãos dos alunos? O mundo se encontra cada vez mais fácil de ser interpretado, visual e interativo, toda a informação parece estar ao alcance dos olhos e, ainda assim, é necessário que se reflita sobre como estamos formando leitores inadequados, que não

conseguem decifrar o mundo no qual estão imersos. Durão também salienta que:

(...) A prática pedagógica que decorre dessa concepção da literatura como objeto propício para a formulação de hipóteses (Durão, 2015b) é a de que o ensino não acontece por meio da transmissão de um conhecimento estanque. Todas aquelas informações que normalmente são trazidas à baila – desde as datas de nascimento e morte do autor, sua biografia, o contexto social, as influências, as características do estilo de época ao qual pertence etc. – tudo isso só tem validade quando subordinado a uma hipótese interpretativa. É ela que ajudará para a constituição do objeto como tal. (DURÃO, 2017, p. 229-230)

O magistério não se resume a uma reprodução de listas de autores, tampouco o ensino de literatura deveria sequer passar perto de qualquer atividade que não fosse a leitura de obras, mas a *práxis* já mostrou que massificação do presente converteu a literatura em um álbum de recortes e nomes de autores, aglomerados com suas características mais óbvias, despidos justamente da discussão que pode fazer com que a literatura produza sua consequência mais valiosa, que é justamente o que se evidenciar aqui: o manuseio do objeto literário em sala de aula, o letramento literário, a leitura e as marcas que ficam, indelévels, naquele que lê, são provavelmente as responsáveis pelo caos democrático da sociedade brasileira contemporânea.

Se o inegável declínio da atenção dedicada e exclusiva, traço tão característico da *geração Z* é mais um elemento que vai caber ao professor conciliar em sala de aula, como pensar na formação dos futuros leitores em mundo cujo prestígio do livro e o conhecimento do qual ele é símbolo vem entrando em declínio a cada dia? Como lidar com a desvalorização do livro enquanto objeto e a substituição das telas como suporte para leitura popularizado entre os alunos? Melhor ainda: importa, para efeitos de escolarização e socialização, qual é o meio favorito de leitura eleito pelos jovens ou a importância deve recair tão somente sobre os efeitos reais da leitura?

Em *Práticas de leitura e capacidade de linguagem na escola*, Suzana dos Santos Gomes destaca os resultados dos alunos brasileiros na Prova Brasil, no SAEB e no PISA. Para a autora, antes mesmo que se coloque qualquer tipo de questionamento sobre o que os exames em questão medem – ou se são realmente ferramentas de avaliação válidas – é necessário que se observe o baixo rendimento dos alunos nas questões de leitura. Incapazes de atingir níveis iniciais de proficiência de leitura, os alunos brasileiros já chegaram a ocupar a 53ª posição dentre os participantes dos 65 países que fizeram a avaliação. Muitos dos resultados de uma miríade de diferentes exames acabam por colocar em evidência o mesmo: os alunos brasileiros têm problemas de competência leitora. Mais do que servir para fomentar debates sobre a natureza real dos processos avaliativos, esses resultados deveriam servir para alimentar a mudança das práticas em sala de aula.

Se a sociedade se moderniza, se a cada momento o professor tem de lidar com diferentes desafios no que tange ao grupo de alunos que se coloca à sua frente, como equalizar uma geração que possui em sua natureza comportamental a atenção difusa e o hábito incontornável de manusear eletrônicos o tempo todo com a dedicação exclusiva que é a leitura? A busca por respostas e metodologias que possam ajudar a construir um caminho diferente na história da escolarização e do ensino de leitura literária no Brasil deveria ser intensa e incessante, de maneira análoga à necessidade de manter uma democracia funcional e saudável.

Talvez a resposta para os questionamentos aqui explorados não esteja necessariamente na adoção da tecnologia em sala de aula, até mesmo porque, o que vem se popularizando como o estreitamento dos laços entre a educação e a modernização pode ser resumido na substituição dos livros por *tablets* e quadros interativos, objetos esses que não saciam a demanda plural por atenção a que os jovens estão habituados. Para quem já nasce imerso em uma tecnologia que por pouco não reproduz as melhores versões futurísticas que o cinema imaginou para os anos 2000, o livro é um objeto para o qual a sensibilidade deveria ser despertada. Não porque os educandos não tenham familiaridade com ele ou com a leitura, o mundo hoje, mais do que nunca, é visual, transparente, feito para ser consumido. O livro, no entanto, é o mundo por vir. As atividades voltadas para o ensino de literatura deveriam ser focadas na alteridade de que o livro é portador, para além de sua capacidade de ser um elo entre o presente e o passado, como acontece muitas vezes. O professor, mais do que funcionar como um guia, deve assumir com muito mais frequência o papel de um mediador na construção de um conhecimento que é vivo e coletivo. Tudo que é lido em sala de aula deve ser pensado à luz de um mundo onde impera o

efêmero. A imersão no excesso de informação deve ser aliada para construir e aproximar aluno e texto, e não motivo para alimentar o distanciamento. A leitura, tão cotidiana, precisa ser readequada, calibrada, para lidar única e exclusivamente com um objeto que é tão plural que necessita que a atenção dedicada a ele seja total.

REFERÊNCIAS

BARTHES, Roland. **O prazer do texto**. Tradução: J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 1987.

CALVINO, Ítalo. **Por que ler os clássicos**. Tradução: Nilson Moulin. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

COMPAGNON, Antoine. **O trabalho da citação**. Trad. Cleonice P.B. Mourão. Belo Horizonte: UFMG, 2007

COSSON, Rildo. **Letramento literário teoria e prática**. São Paulo: Editora Contexto, 2018.

ECO, Umberto e CARRIERE, Jean-Claude. **Não contem com o fim do livro**. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Record, 2010.

DAVI, Maria Amélia; REZENDE, Neide Luzia de; JOVER-FALEIROS, Rita (org.). **Leitura de literatura na escola**. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

DURÃO, Fábio Akcelrud. Da intransitividade do ensino de literatura. **Matraga**, Rio de Janeiro, v.24, n.40, p. 225-240, jan/abr. 2017

GOMES, Suzana dos Santos. **Práticas de leitura e capacidades de linguagem na escola**. Belo Horizonte: UFMG, 2017

JOUVE, Vincent. **Por que estudar literatura na escola?** Trad. Marcos Bagno e Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2018.

_____. **A leitura**. Trad. Brigitte Hervot. São Paulo: UNESP, 2002.

MANGUEL, Alberto. **Uma história da leitura**. Tradução: Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 1997

NUSSBAUM, Martha. **Sem fins lucrativos por que a democracia precisa das humanidades**. Tradução: Fernando Santos. São Paulo: Martins Fontes, 2015

PETIT, Michèle. **A arte de ler ou como resistir à adversidade**. Tradução: Arthur Bueno e Camila Boldrini. São Paulo: Editora 34

RANCIERE, Jacques. **O ódio à democracia**. Tradução: Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2014.

ROJO, Roxane. **Letramentos múltiplos: escola e inclusão social**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

TODOROV, Tzvetan. **A literatura em perigo**. Tradução: Caio Meira. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.

ⁱ Sobre a autora:

Raphaella Lira - ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6524-5373>

Possui graduação em Bacharelado em Letras- Português-Literaturas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2007), graduação em Licenciatura em Letras - Português/Literaturas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2009), mestrado em Ciência da Literatura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2010), doutorado em Doutorado Sanduíche (PDSE) - Yale University (2013) e doutorado em Letras (Ciência da Literatura) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2015). Tem experiência na área de Letras, Literatura Comparada, com ênfase em Estudos Culturais, Pós-coloniais e Decoloniais. É Professora Adjunta de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira do Instituto Fernando Rodrigues da Silveira (CAP-UERJ).

Como citar este artigo: LIRA, Raphaella. Lendo em sala de aula e fora dela: humanização, leitura e ensino de literatura no século XXI. Revista Educação, Cultura e Sociedade, vol. 12, n. 1, p. 34 – 42, 25ª Edição, 2022. <https://periodicos.unemat.br/index.php/recs>

A Revista Educação, Cultura e Sociedade é uma publicação da Universidade do Estado de Mato Grosso, Brasil, iniciada em 2011 e avaliada pela CAPES.

Indexadores: DOAJ – REDIB – LATINDEX – LATINREV – DIADORIM –SUMARIOS.ORG – PERIÓDICOS CAPES – GOOGLE SCHOLAR

Notas do artigo:

ⁱⁱ Dados recuperados pela matéria publicada no site G1, no dia 06/01/2019: <https://g1.globo.com/politica/blog/matheus-leitao/post/2019/01/06/retratos-da-leitura-no-brasil.ghtml>

ⁱⁱⁱ Dados recuperados pela matéria publicada pela BBC Brasil em Novembro de 2018: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46177957>